



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
APROVADO

(PRESIDENTE)

Em 23 SET. 2020

REQUERIMENTO N.º: 1185

Informar sobre o sistema de educação especial de Atividades Não Presenciais adotado pelo município de Sorocaba.

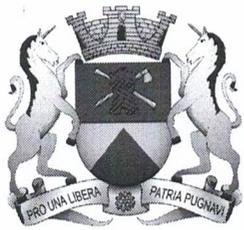
CONSIDERANDO o Decreto nº 25.663, de 21 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Município de Sorocaba e dá outras providências;

CONSIDERANDO que, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, as instituições educacionais da rede municipal de ensino (incluindo as de gestão compartilhada) foram paralisadas desde o dia 23 de março. A informação foi amplamente repercutida e acompanhada pelos canais de comunicação da cidade;

[<https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/sedu-prorroga-suspensao-de-aulas-em-escolas-municipais-ate-dia-9/>]

CONSIDERANDO que chegou a este vereador diversas reclamações sobre a falta de alguma modalidade de ensino a distância proporcionada pela rede de educação municipal durante o período de pandemia e, por consequência, isolamento social. De acordo com pais e responsáveis que procuraram esse gabinete, a falta de suporte estava prejudicando a continuidade do processo de aprendizagem dos alunos do município;

CONSIDERANDO que no início de abril a Prefeitura Municipal de Sorocaba lançou o projeto intitulado “Vivências de aprendizagem: atividades em família” onde disponibilizou conteúdos educacionais, brincadeiras cantadas, contação de histórias e outras iniciativas a fim de dar relativo suporte às crianças da cidade. Esse conteúdo foi transmitido pela TV Câmara e em canais digitais;



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que os alunos da rede estadual tiveram acesso em abril ao Centro de Mídias – uma plataforma tecnológica de ensino, com disponibilidade de aulas, tira dúvidas com professores e outros recursos de aprendizagem. A ferramenta, posteriormente, também foi disponibilizada como alternativa na rede municipal;

CONSIDERANDO que os pais e responsáveis ainda não se sentiam amplamente atendidos, este Vereador questionou a Secretaria da Educação sobre um sistema de ensino a distância no município durante a sabatina realizada com o secretário competente, Wanderlei Acca, na Câmara Municipal, no dia 19 de maio;

CONSIDERANDO que o responsável da pasta e os servidores da educação informaram que $\frac{3}{4}$ das crianças do ensino municipal tem 10 anos ou menos, assim o processo pedagógico é diferente e o ensino EAD não supriria as necessidades. Assim, esse período não estava sendo contado como dia letivo e as ferramentas apresentadas até o momento eram apenas de suporte pedagógico, não caracterizando aula;

CONSIDERANDO que no dia 1 de julho foi iniciada uma mobilização nas escolas sobre atividades não presenciais, conforme noticiou o portal oficial da Prefeitura:

[<http://noticias.sorocaba.sp.gov.br/mobilizacao-nas-escolas-sobre-atividades-nao-presenciais-comeca-dia-1-de-julho/>]

“A Secretaria da Educação (SEDU) definiu nesta sexta-feira (26) as ações iniciais referentes às Atividades Não Presenciais (ANP) destinadas aos cerca de 60 mil estudantes da rede municipal de ensino, mediante o estado de calamidade em Sorocaba.

A partir do dia 1 de julho, as equipes escolares iniciam a mobilização e o acolhimento de suas comunidades, com objetivo de mapear e orientar o formato de trabalho das ANPs em cada escola.

As propostas educacionais oferecerão, além de atividades remotas com o auxílio de recursos digitais, a

CÂMARA MUN. SOROCABA 17/04/2020 10:22:20-60 2/5



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

disponibilização de atividades impressas aos estudantes que não possuem acesso às tecnologias digitais.

As ANPs estão em consonância com as deliberações do Conselho Municipal da Educação de Sorocaba (CMESO). A partir de segunda-feira (29), o Comitê de Acompanhamento (CAC) dará início aos trabalhos de planejamento, acompanhamento e monitoramento das ANPs na rede municipal de ensino”;

CONSIDERANDO que após esse primeiro posicionamento, no site oficial da Prefeitura Municipal, consta apenas uma notícia relativa, em que pontua em 15 de julho que “Sedu quer conhecer resultados do modelo de Atividades Não Presenciais”:

[<http://noticias.sorocaba.sp.gov.br/sedu-quer-conhecer-resultados-do-modelo-de-atividades-nao-presenciais/>]

“A Secretaria da Educação (Sedu), por meio do CAC (Comitê de Avaliação e Acompanhamento das ANP’s), deverá elaborar uma pesquisa junto às equipes gestoras da Rede Municipal de Ensino para poder conhecer e avaliar o impacto e o resultado da proposta de Atividades Não Presenciais que começaram a ser desenvolvidas há cerca de quinze dias, de modo a obter um panorama do envolvimento das crianças neste novo modelo pedagógico. A proposta de Atividades Não Presenciais faz parte do processo de manutenção do envolvimento dos estudantes com parte do ambiente de aprendizado. Cada unidade escolar contatou pais e responsáveis pelas crianças para disponibilizar os materiais utilizando meios de comunicação digitais (redes sociais, blogs, aplicativos de mensagem). Além disso, os conteúdos virtuais também foram impressos para atendimento daqueles alunos que não possuem acesso às tecnologias.

Segundo o Gestor de Desenvolvimento Pedagógico da Sedu, Gilmar Piccin, essas atividades variam de escola

(Handwritten mark)

OPERAÇÃO Nº 2020/099 17/Ser/2020 11/12 20h40 3/5

(Handwritten signature)



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

para escola, mas estão focalizadas nos aspectos pedagógicos de leitura; de vídeo, no passo a passo de brincadeiras e letras de músicas, por exemplo.

“Algumas unidades imprimem o mesmo conteúdo disponibilizado nas redes sociais, de forma que todos os alunos estão envolvidos nas mesmas atividades. Em outros casos, a equipe gestora produz kits impressos com cronogramas diários, imagens e atividades para entregar em mãos para os pais e responsáveis”, contou”;

CONSIDERANDO que, devido à continuidade da pandemia no município, as aulas municipais devem retornar no próximo ano, conforme amplamente divulgado pelas mídias locais [<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/08/27/prefeitura-de-sorocaba-determina-retorno-das-aulas-presenciais-da-rede-municipal-para-2021.ghtml>];

CONSIDERANDO que requerimento semelhante já foi apresentado por este Vereador, de numeração 1022/2020, mas na ocasião não tinha foco na educação especial;

CONSIDERANDO que, em retorno ao requerimento supracitado, mediante as respostas das instituições de educação, foi sinalizado como estratégia “interlocação com a família” na educação especial nos centros de educação infantil e “apoio da sala de recursos multifuncionais” na educação fundamental;

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiada a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, solicitando nos informar o que segue:

1. Favor detalhar o que seria e como foi executada a estratégia de “interlocação com a família” – maior resposta obtida na educação infantil – para o desenvolvimento da educação especial nas chamadas Atividades Não Presenciais (ANPs)?

2. Favor detalhar o que seria e como foi executada a estratégia de “apoio da sala de recursos multifuncionais (SEM/AEE)” – maior resposta obtida na educação

CÂMERA MUN. SOROCABA 17/Ser/2020 10:23 200460 4/5



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

fundamental – para o desenvolvimento da educação especial nas chamadas Atividades Não Presenciais (ANPs)?

3. Para as Atividades Não Presenciais (ANPs), dedicados à educação especial, algum material diferenciado foi utilizado?

3.1 O que seria o “kit de materiais adaptados”, enviado aos alunos da educação fundamental, conforme aponta resposta do relatório de pesquisa enviado em retorno ao requerimento 1022?

3.2 Alguma verba dedicada para educação especial foi encaminhada pela SEDU para casos como envio de material adaptado?

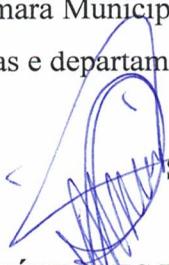
4. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (CMPCD) está acompanhando ou teve acesso ao processo de ANPs na educação especial?

5. Atualmente, quantas crianças que utilizam a rede de educação municipal da cidade caracterizam educação especial? Se possível detalhar educação infantil e ensino fundamental.

6. De acordo com a pesquisa sobre o retorno das aulas, o resultado apontou que 84,8% das pessoas consultadas optaram para que os estudantes não retornassem às aulas presenciais. Ao todo, quantas pessoas responderam a pesquisa?

Por fim, **REQUEIRO**, que a resposta do presente requerimento seja feita de forma detalhada (relacionando resposta com o número da pergunta), encaminhada dentro do prazo legal, nos termos do § 1º do art. 34 da Lei Orgânica do Município e dos §§ 2º e 3º do art. 104 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sorocaba, devidamente acompanhada dos documentos oficiais das secretarias e departamentos.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2020.


PÉRICLES RÉGIS
VEREADOR



GP-RIM-1161/2020

Sorocaba, 8 de outubro de 2020

Senhor Presidente,

Em atenção ao requerimento nº 1185/2020, de autoria do nobre vereador Péricles Regis Mendonça de Lima, e aprovado por esse Legislativo, no qual solicita informações sobre o sistema de educação especial de Atividade Não Presenciais adotado pelo município de Sorocaba, encaminhamos a Vossa Excelência resposta exarada pela Secretaria da Educação – SEDU.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos renovando os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JESUEL GOMES

Secretário de Relações Institucionais e Metropolitanas

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR FERNANDO ALVES LISBOA DINI
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
SOROCABA – SP

Sorocaba, 06 de outubro de 2020.

Requerimento: 1.185/20

Assunto: *Solicitando do Executivo informações sobre o sistema de educação especial de atividades não presenciais adotado pelo município de Sorocaba.*

Vereador: Péricles Regis.

Sobre a solicitação da Câmara Municipal de Sorocaba, temos a informar, em relação às respectivas questões, o que segue:

1) A interlocução com a família refere-se ao contato/diálogo estabelecido com os pais ou responsáveis. Para tal, vários recursos foram utilizados, dentre eles: ligação telefônica, e-mail, contato pelas redes sociais da escola.

2) Inicialmente, deve-se dizer que o Atendimento Educacional Especializado busca atender os alunos com necessidades especiais por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreçam a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. A oferta do AEE é realizada em turno inverso ao da escolarização, contribuindo efetivamente para garantir o acesso dos alunos à educação comum e disponibilizando os serviços e apoios que complementem a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino.

“O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009).”

Contudo, em razão da suspensão das aulas presenciais, os encontros das professoras com seus alunos tornou-se inviável. Desta forma, as mesmas foram

orientadas a trabalhar conjuntamente das professoras das salas comuns, conforme consta no Comunicado SEDU/GS ° 97/2020, expedido em 30 de junho do corrente ano.

Consta no expediente supracitado:

A Resolução CNE/CEB nº 04/2009, em seu Art. 13, VIII, elenca entre as atribuições do docente atuante no AEE

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Tal apontamento homologado pelo Ministério da Educação propicia a revisão das práticas pedagógicas existente no ambiente escolar. Com isso, as unidades que possuem Salas de Recursos Multifuncionais têm a possibilidade não somente de pensar adaptações curriculares, mas de construir estratégias para todos, com a elaboração de atividades que considerem as diferenças dos alunos e suas percepções das metodologias empreendidas. Nesse sentido, destacamos que uma atividade pode ser trabalhada por toda a classe, onde todos os alunos terão acesso ao mesmo conteúdo e poderão manifestar suas percepções de acordo com as habilidades que possuem.

Essa união de forças e saberes em uma mesma tarefa configura-se como trabalho colaborativo, no qual o professor do AEE atua em conjunto com o docente da sala comum oportunizando a geração de saberes, o despertar de mudanças na maneira de pensar, de olhar e de perceber os alunos. A junção do conhecimento de ambos professores tem o potencial de otimizar as atividades escolares, visando o pleno desenvolvimento das crianças com deficiência.

O propósito é garantir a articulação de saberes entre ensino especial e comum, combinando as habilidades dos dois professores. Assim, o professor regente da turma traz os saberes disciplinares, os conteúdos, o que prevê o currículo e o planejamento da escola, juntamente com os limites que enfrenta para ensinar o aluno com necessidade especial. O professor do ensino especial, por sua vez, contribui com propostas de adequação curricular, atentando para as possibilidades do estudante, considerando as situações de

ensino propostas e as opções metodológicas, planejando estratégias e elaborando recursos adequados para a promoção de sua aprendizagem (MARIN; BRAUN, 2013, p. 53).¹

Diante do exposto, acreditamos que o trabalho conjunto dos docentes, aliado ao apoio da equipe gestora, possa gerar bons resultados para a comunidade escolar. Destacamos que a participação dos professores do AEE no pensar coletivo beneficiará não apenas ao público-alvo da Educação Especial, que é atendido nas Salas de Recursos Multifuncionais e Classe Hospitalares, mas alcançará a todos os estudantes da unidade, inclusive àqueles que, em razão do lapso temporal sem a ministração didática presencial feita pelo sistema de ensino, poderão apresentar necessidades educacionais especiais.

Considerando a realidade das atividades não presenciais, esse trabalho colaborativo pode acontecer com a participação do professor do AEE nas reuniões e/ou grupos subdivididos por etapa/ano/série; com a colaboração do mesmo no planejamento e na elaboração das ANP's de toda a escola, compartilhando estratégias diversificadas que atinjam todos os estudantes.

Desde a orientação supracitada, que antecedeu o início das Atividades Não Presenciais, as unidades escolares que possuem estudantes vinculados às Salas de Recursos Multifuncionais puderam desenvolver atividades que considerassem as necessidades educacionais especiais dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Isso, desde a concepção das mesmas, de forma conjunta com o docente da sala comum, ou na adaptação das atividades produzidas pelo professor regular para os demais estudantes.

Já às unidades escolares que não possuem SRM, foi disponibilizado plantão online com os especialistas da Equipe Multidisciplinar. Nesses espaços, psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e terapeuta ocupacional, em conjunto com a equipe gestora das unidades solicitantes desse espaço, pensam nas especificidades dos estudantes

¹ MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 49-64.

com deficiência daquela respectiva escola ou Centro de Educação Infantil e em quais estratégias utilizar nas atividades pedagógicas.

3) Como bem denotado acima, as unidades escolares foram orientadas a construir atividades pedagógicas para os alunos público-alvo da Educação Especial em conjunto com a docente atuante no Atendimento Educacional Especializado, justamente para possibilitar a essas crianças e adolescentes metodologias adequadas às suas necessidades. Mister se faz ressaltar que, o desenvolvimento de atividades inclusivas não se restringem às unidades assistidas pelo AEE, todas as demais são instruídas a desenvolverem ações nesse sentido, sob coordenação dos seus orientadores pedagógicos. Registra-se como iniciativa positiva as ações realizadas pelo CEI 57 que, mesmo sem Sala de Recursos Multifuncionais na unidade, está desenvolvendo atividades adaptadas bem construídas, levando em consideração as especificidades de seus estudantes.

3.1) Os kits de materiais escolares distribuídos aos estudantes da rede municipal de ensino não possuem itens específicos às crianças e adolescentes público-alvo da Educação Especial porque a Lei nº 11.595/2017, que rege tal ação, não prevê tal medida. Destaca-se que o PL 215/2017 foi aprovado por votação simbólica, sem emendas, por esta Casa de Leis. É preciso insistir no fato de que, por parte desta Divisão de Educação Especial, não foi enviado kit de materiais escolares a nenhum estudante público-alvo da Educação Especial. Contudo, isso não demonstra insensatez, muito menos, falta de observância aos preceitos que regem o Estado brasileiro. Cada criança com deficiência tem especificidades únicas, necessidades educacionais especiais singulares. Não é possível determinar que todas possuam um mesmo grau de necessidade e, assim, disponibilizar itens que, em tese, alcançariam às mesmas. Cada qual, como já mencionado, tem suas particularidades e a unidade escolar, atenta a elas, tem a possibilidade de solicitar materiais de uso escolar que favoreçam o uso pela criança com deficiência. Quando isso é feito, os pedidos são triados pela Divisão de Educação Especial que, em conjunto com a Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares, fornecem tais itens. Apenas para registro, várias unidades empreenderam essa ação durante este período de ANP's e foram prontamente atendidas.

3.2) Como já denotado acima, a partir do momento que enxergam a necessidade de materiais específicos para uso com as crianças público-alvo da Educação, as unidades podem solicitar tais itens para esta SEDU. Nesse sentido, ressalta-se que não há fornecimento de “verba carimbada” para as escolas e centros de educação infantil com essa finalidade. Contudo, importante destacar que às unidades escolares da rede municipal de ensino é disponibilizado verba para despesas emergenciais, a chamada “verbinha”, a qual teve seu valor triplicado no último dia 28/09, por meio do Decreto nº 25.914/2020, expedido pela Sra. Prefeita.

4) Esta SEDU integra o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e, desde a suspensão das aulas presenciais na rede municipal de ensino, vem dialogando com os conselheiros daquele grupo representativo de modo a apresentar as ações realizadas pela pasta para os estudantes com deficiência bem como atender indicações feitas pelo CMPCDMR.

5) Conforme relatório extraído do sistema de matrículas, hoje, 887 estudantes com deficiência estão matriculados na rede municipal de ensino. Ressalta-se que nesse número estão apenas as crianças e adolescentes que possuem laudo ou relatório médico conclusivo, excluindo-se àquelas que ainda estão em investigação de hipótese diagnóstica. Desses 887 alunos, 271 estão matriculados na educação infantil e 616 no ensino fundamental.

6) A pesquisa contou com a participação de 30.581 pais e ou responsáveis.

Atenciosamente,



JOSÉ CARLOS CUERVO JUNIOR
Secretário da Educação
interino